Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Serafina Corrêa/RS

PARECER JURÍDICO nº 085/2023

Encaminhado o expediente para confecção de parecer jurídico sobre a seguinte Matéria/
Ementa: Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 002/2023 que “Altera o art. 83 da Lei Orgânica do Município de Serafina Corrêa”.

RELATÓRIO

A presente Proposta de Emenda a LOM, de iniciativa do Executivo Municipal, busca incluir dispositivo legal prevendo as idades mínimas para a aposentação dos servidores públicos, conforme estabelece o art. 40 da CF/88.

FUNDAMENTAÇÃO

Do ponto de vista formal, depreende-se a legitimidade da iniciativa, conforme art. 43, II da LOM, contudo, deverão ser observados dos demais requisitos descritos nos parágrafos do art. 43 da L.O.M. para tramitação dessa proposta.

Em sessão ordinária do dia 26/06/2022, foi constituída a Comissão Especial, nos termos do art. 90 da LOM, formada pelos seguintes Vereadores: Selma Fincatto (MDB), José Carlos Bettinardi (PP) e Eleandro Moreschi (MDB).

A matéria encontra-se inserida dentre aquelas previstas no art. 30 da CF/88 e no art. 10, da LOM que confere aos municípios a competência para “*legislar sobre assuntos de interesse local*”.

Sob o ponto de vista material, conforme exposição de motivos, a alteração proposta visa atender disposição constitucional para estabelecer as idades mínimas para a aposentação dos servidores municipais que ingressarem no sistema a partir de 01 de setembro de 2023.

Contudo, para a perfectibilização do processo legislativo e atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Orientação Técnica do IGAM nº 15.292/2023, faz-se necessário acompanhar do Projeto, o impacto orçamentário financeiro em razão do aumento da despesa com a contribuição patronal (art. 17 da LRF) e o cálculo atuarial, com data focal em 31/12/2023 na definição das idades mínimas para as aposentadorias (art. 26 da Portaria/MPT nº 1467/2022).

OPINIÃO

Em conclusão, opina-se pela viabilidade Jurídica da Proposta de Emenda a L.O.M nº 002/2023, desde que sejam atendidos os demais requisitos previstos no art. 43, §§ 1º e 2º, da L.O.M.: a) discutida e votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias entre as votações; b) aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal e c) promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

Outrossim, conforme orientação técnica nº 15.292/2023 do IGAM, a proposta deverá estar acompanhada de impacto orçamentário financeiro e cálculo atuarial, conforme art. 26 da Portaria/MPT nº 1467/2023.

Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Serafina Corrêa/RS

Serafina Corrêa, 29 de junho de 2023

Camila Dors Gasparotto

OAB/RS 98969

Assessora Jurídica